

Cooperação diplomática ajuda a promover comércio

O conjunto de países árabes constitui o terceiro maior parceiro comercial do Brasil

Por **Diego Viana** — Para o Valor, de São Paulo

26/10/2020 05h01 Atualizado há 3 dias

O conjunto de países árabes constitui, atualmente, o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. As 22 nações, com 420 milhões de habitantes na Ásia e na África, são representadas por uma organização fundada há 75 anos no Cairo: a Liga dos Estados Árabes (LEA), ou simplesmente Liga Árabe.

A coordenação dos países árabes vinha sendo esboçada, com a expressão “panarabismo”, desde fins do século XIX, quando boa parte do território pertencia ao Império Otomano ou era colônia de potências europeias. Em 22 de março de 1945, os países fundadores da Liga Árabe eram apenas seis: Egito, Iraque, Jordânia (então chamada Transjordânia), Líbano, Arábia Saudita e Síria. Em maio, o Iêmen também aderiu. Em 2011, quando a Síria, envolvida na guerra civil, foi suspensa da organização, o presidente do país, Bashar al-Assad, declarou que o grupo “não tem nada a mostrar senão seis décadas de fracassos”. No entanto, desde o ano passado Assad negocia para voltar ao grupo.

Apesar da crítica do líder sírio, a Liga Árabe é reconhecida internacionalmente como representante dos países-membro e consegue se coordenar para operar em bloco. “A LEA é a principal e mais importante de todas as organizações regionais árabes”, afirma Silvia Feraboli, professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “Ela é o guarda-chuva que abriga, orienta e coordena as ações de instituições como o Fundo Árabe de Desenvolvimento Social e Econômico, o Fundo Monetário Árabe, a Corporação Árabe de Garantia de Investimento e Crédito à Exportação (Dhaman), o Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico na Ásia, além de diversos fóruns de cooperação internacional.”

Desde 1947, quando Oswaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores, presidiu a sessão da Assembleia Geral da ONU que determinou a partilha do mandato britânico na Palestina, prevendo a criação de um Estado judeu e outro árabe, o Brasil tem um papel destacado na região. A estratégia de se manter equidistante em relação às reivindicações de

israelenses e palestinos permitiu que o país tivesse proximidade diplomática e comercial com ambos os lados. O Brasil também tem status de observador na Liga Árabe. Em julho, um levantamento encomendado pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira estimou que há cerca de 11,6 milhões de descendentes de árabes, sobretudo sírios e libaneses, vivendo atualmente no país.

A década de 1970 foi um período de aproximação do Brasil com os membros da LEA. Uma das principais razões está nas duas crises do petróleo, em 1973 e 1979. Nesse período, “as necessidades petrolíferas brasileiras demandavam boas relações com os países árabes. O Iraque aceitou fazer até ‘escambo’ com o Brasil, ou seja, trocar petróleo por produtos, sem necessidade de pagamento em dólar”, diz Ferabolli. Segundo a professora, no entanto, esse não foi o único motivo. “Estávamos no auge do processo de mundialização das relações exteriores e em busca de mercados para a venda das nossas manufaturas. O Brasil não via o mundo árabe apenas como fonte de petróleo, mas também como mercado para sua produção industrial”, aponta.

Desde 2005, são realizados periodicamente encontros da Cúpula América do Sul-Países Árabes (Aspa), como parte do projeto de cooperação Sul-Sul promovida pela diplomacia brasileira. “Em apenas uma década de existência, a Cúpula ASPA ajudou a promover o aumento do comércio entre a América do Sul e o Mundo Árabe de US\$ 13 bilhões em 2005 para US\$ 35 bilhões em 2015”, afirma Ferabolli.

Por isso, apesar da recente guinada na política externa brasileira, pela qual o país se aproximou do governo israelense, o projeto de abrir um escritório comercial em Jerusalém, anunciado no ano passado, logo teve de ser retirado. “Os países árabes ameaçaram retaliar comercialmente o Brasil caso ele mantivesse a decisão anunciada de mover a embaixada do Brasil para Jerusalém. E sofrer retaliações econômicas do nosso terceiro maior parceiro comercial no mundo não é um bom negócio”, diz Ferabolli.